



Conhecimentos Básicos para o Cargo 1

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

NÍVEL SUPERIOR

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Fragmentos de texto para os itens de 1 a 10

Fragmento I – A invenção do telefone

1 Alexander Graham Bell cresceu fascinado pelo som.
Sua mãe era surda, o que o levou desde cedo a refletir sobre as características do som. Enquanto dava aulas a crianças surdas em Boston, ele se tornou obcecado pela ideia de transmitir a voz eletricamente, tendo inventado o telefone em 1876, apresentado por ele na Exposição do Centenário, na Filadélfia.

Fragmento II – A maravilha sem fio de Marconi

1 Guglielmo Marconi, considerado o pai da transmissão de rádio de longa distância, dividiu o Prêmio Nobel de Física de 1909 com Karl Ferdinand Braun, por suas contribuições ao desenvolvimento da telegrafia sem fio. No entanto, inicialmente suas ideias não foram muito bem recebidas. Com o apoio dos pais, realizou testes com transmissores e receptores, enviando sinais a quilômetros de distância. Em busca de mais recursos, Marconi escreveu ao governo italiano, mas um funcionário descartou a ideia, dizendo que era melhor apresentá-la em um manicômio. Ele, então, viajou para Londres, e do principal escritório telegráfico da cidade transmitiu o primeiro sinal sem fio. Em 13/5/1897, Marconi realizou a primeira transmissão sem fio em mar aberto.

Fragmento III – A primeira chamada de celular

1 Marty Cooper, diretor de pesquisa e desenvolvimento da Motorola, fez a primeira chamada de um telefone celular portátil nas ruas de Nova York, em 1973. Três meses antes, a rival AT&T começava a monopolizar o incipiente mercado das comunicações sem fio. Para fazer frente à concorrência, Cooper suspendeu todos os outros projetos da Motorola e desafiou sua equipe a criar um telefone portátil funcional em noventa dias.

Cooper usou sua nova invenção para ligar para Joel Engel, chefe de desenvolvimento da AT&T. Depois de uma breve saudação, Cooper lhe disse: “estou ligando para você de um telefone celular, mas um celular de verdade, portátil”. A única resposta do outro lado da linha foi o silêncio.

Fragmento IV – A primeira mensagem de texto

1 Em 3/12/1992, Neil Papworth, um engenheiro da Vodafone, enviou a primeira mensagem de texto a seu colega Richard Jarvis: “FELIZ NATAL”. Papworth enviou a mensagem usando um teclado de computador, já que os telefones celulares ainda não possuíam teclados alfabéticos. Seriam necessários anos até que os telefones comerciais incorporassem essa funcionalidade. O Communicator 9110 da Nokia foi lançado em 1998 e tornou-se um dos primeiros dispositivos a transmitir mensagens de texto e dados. Calcula-se que, em 2011, mais de 2,3 trilhões de mensagens de texto tenham sido enviadas em todo o mundo.

Internet: <www.discoverybrasil.uol.com.br> (com adaptações).

Com base nos fragmentos de texto acima, julgue os itens de 1 a 6.

- 1 Conclui-se das informações dos fragmentos I e II que, quando o telefone foi inventado por Graham Bell, ainda não era possível transmitir som por aparelhos sem fio.
- 2 De acordo com o fragmento IV, a primeira mensagem de texto enviada a um celular partiu de um computador.
- 3 Depreende-se das informações veiculadas nos fragmentos II e III que a tecnologia utilizada no primeiro celular era a mesma utilizada por Marconi na transmissão de rádio de longa distância.
- 4 Conclui-se do fragmento III que a meta imposta por Cooper a sua equipe foi, de fato, cumprida.

- 5 Conclui-se da leitura dos fragmentos III e IV que da primeira chamada feita de um telefone celular portátil até o envio de mensagens de texto por meio de telefones celulares, tecnologia atualmente bastante popular, passaram-se mais de duas décadas.
- 6 Depreende-se da leitura do fragmento III que a expressão “única resposta do outro lado da linha” (ℓ.13) está empregada em sentido figurado.

Julgue os próximos itens, relativos a aspectos linguísticos dos fragmentos de texto apresentados.

- 7 Sem prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido original do último período do fragmento IV, a expressão adverbial “em 2011” (ℓ.10) poderia ser deslocada, com a vírgula que a sucede, para o início do período, desde que suprimida a vírgula após “que” (ℓ.10) e feitas as devidas alterações no emprego de maiúsculas e minúsculas.
- 8 No fragmento II, estaria mantida a correção gramatical do texto caso fosse inserido, logo após a forma verbal “dizendo” (ℓ.9), o pronome **lhe** — **dizendo-lhe** —, elemento que exerceria a função de complemento indireto do verbo, retomando, por coesão, “Marconi” (ℓ.8).
- 9 No fragmento III, no trecho “Cooper usou sua nova invenção para ligar para Joel Engel” (ℓ.9-10), a preposição “para” expressa, em ambas as ocorrências, ideia de finalidade, introduzindo expressões adverbiais.
- 10 No fragmento IV, a expressão “foi lançado” (ℓ.8) poderia ser corretamente substituída por **lançou-se**, sem prejuízo para o sentido do período.

1 Podemos definir duas grandes atitudes de navegação opostas, cada navegação real ilustrando geralmente uma mistura das duas. A primeira é a “caçada”. Procuramos uma informação precisa, que desejamos obter o mais rapidamente possível. A segunda é a “pilhagem”. Vagamente interessados por um assunto, mas prontos a nos desviar a qualquer instante de acordo com o clima do momento, sem saber exatamente o que procuramos, mas sempre acabando por encontrar alguma coisa, derivamos de *site* em *site*, de *link* em *link*, recolhendo aqui e ali coisas de nosso interesse. A “pilhagem” na Internet pode apenas ser comparada com o vagar em uma biblioteca-disco.

Pierre Lévy. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999 (com adaptações).

A respeito do texto acima, julgue os próximos itens.

- 11 Sem prejuízo para as informações veiculadas no texto, a palavra “precisa” (ℓ.4) poderia ser substituída tanto por **indispensável** quanto por **exata**.
- 12 O “que” (ℓ.8) classifica-se, no período, como conjunção e introduz o complemento oracional da forma verbal “saber” (ℓ.7).
- 13 Ao empregar a primeira pessoa do plural nas formas verbais e pronominais, o autor aproxima-se do leitor, o que impõe ao texto um caráter pessoal e subjetivo incompatível com o tipo de texto dissertativo, ao qual o fragmento apresentado pertence.
- 14 Sem prejuízo para a correção gramatical e a coerência do texto, as formas verbais na primeira pessoa do plural podem ser todas substituídas por formas verbais na terceira pessoa do singular acompanhadas da partícula **se**.
- 15 Da leitura do trecho “derivamos de *site* em *site*, de *link* em *link*, recolhendo aqui e ali coisas de nosso interesse” (ℓ.9-10) infere-se que o ato de “pilhagem” na Internet” (ℓ.10) é dinâmico.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, no que se refere ao formato e à linguagem das comunicações oficiais, julgue os itens que se seguem.

- 16 O texto de todas as comunicações que seguem o padrão ofício, como é o caso do aviso, do ofício e do memorando, deve ser constituído de três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão.
- 17 Nas comunicações oficiais dirigidas ao presidente da República, o fecho adequado é a expressão **Respeitosamente**, qualquer que seja o remetente.
- 18 O emprego de linguagem rebuscada denota formalidade; portanto, nas correspondências oficiais, nas quais o emprego da norma-padrão da língua é exigido, seu uso é fundamental.

1 The nature of television programming in the current era is one of hybridity. Comedy programs take the appearance of news programs, and news programs are increasingly
4 adopting techniques from comedy programs. The televised interview, in particular, is by nature a hybrid format, often mixing the formality of traditional journalism with the
7 informality of a talk show. In the second quarter of 2011, viewership of Comedy Central's *The Daily Show* trumped other late-night programs in key demographics, with well over
10 two million viewers per episode. At the same time, news and opinion programs like *Hannity* on Fox can draw an average of 2.5 million viewers. But the format and style — not to mention
13 the content — of these shows and their interview segments can vary drastically from one episode to the next, depending on whether they are structured more traditionally or not.

16 In theory, the televised journalistic interview — especially with a candidate for high office — represents that idealistic version of Habermas' public sphere. In this vision,
19 the candidate is asked about his or her policy stances, and is then forced by the interviewer to defend those positions in the face of opposition. But in reality, these interviews take the form
22 of rule-governed speech situations that rely on specified rituals. Deluca and Peeples argue that televised political discourse — as seen in political interviews — does not reflect rational
25 debate, but rather, emphasizes image, emotion, and style. Baym suggests, however, that there is a space in between the ideal of the public sphere and the image-centered focus of the televised
28 interview. His textual analyses of interviews on programs like *The Daily Show* reveal that these interviews reflect a traditional perspective on the journalistic interview combined with a more
31 conversational, celebrity-type chat — a "hybrid mode of publicity and political discourse".

International Journal of Communication, 7 (2013), p. 471. Internet: <www.ijoc.org/ojs> (adapted).

Judge the following items according to the text above.

- 19 News and opinion programs can vary from one episode to the next, regardless of how traditionally structured they may be.
- 20 There has been a noticeable hybridization of different kinds of television programming lately.
- 21 The word "rather" (ℓ.25) means **on the contrary**.
- 22 The verb **to trump** in "trumped other late-night programs" (ℓ.8-9) is synonymous with **to outdo** or **to surpass**.

1 In a recent IBM ad campaign titled **Let's Build a Smarter Planet**, a collection of company technologists explain why database and data mining technologies matter. According
4 to one of the IBM scientists, "Every day we are creating fifteen petabytes of new data. That's eight times as much data as there is in all of the libraries in the United States combined."
7 Another IBM researcher in the commercial explains, "If we can analyze and mine this data, then we can understand it. If we can understand it, then we can understand trends about it. (...) The
10 more data you have, the clearer you see." Data entrepreneurs such as these IBM researchers assume that gathering and mining massive amounts of data will give objective insight into
13 human relations and concerns. However, what is the nature of these trends and new data-driven ways of seeing? The ad is an excellent example of technology boosterism in the Age of Big
16 Data, where actors argue that data mining improves our understanding of social and organizational life. Yet, IBM fails to comment on how society shapes data mining technologies
19 and how the use of these technologies may construct, perform, and categorize us in old and new ways. For example, recent research into genomics demonstrates an increased capacity to
22 group people in new ways based upon their genetic characteristics. The construction, management, and analysis of a database are more than simply technical exercises in data
25 collection and processing. Data-driven ways of seeing human relations purposefully organizes the social world via communicative acts that incorporate cultural values and
28 practices of power. As scholars in science and technology studies argue, human actors' decisions, politics, and cultural values socially shape the direction and development of
31 technology and innovation. How will the social shaping of data mining technologies at the core of new data-intensive practices of seeing the world mediate social relations, identities, and
34 practices?

International Journal of Communication, 7 (2013), p. 556.
Internet: <www.ijoc.org/ojs/index> (adapted).

According to the text above, judge the following items.

- 23 All the libraries in the United States combined would encompass as much as fifteen petabytes of new data a day.
- 24 IBM scientists and data entrepreneurs believe that gathering and mining massive amounts of data will lead to a better comprehension of social life.
- 25 In the "Age of Big Data" (ℓ.15-16), data mining technologies may improve our understanding of social and organizational life.

Com relação à legislação específica do setor de telecomunicações brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 26** Para que uma operadora preste o serviço de comunicação multimídia (SCM), é obrigatória autorização outorgada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- 27** O objetivo do Programa Nacional de Banda Larga é propiciar a universalização de acesso aos bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação, com a disponibilização de conexão à Internet em banda larga a toda população, facultando aos cidadãos o uso dos serviços do Estado de maneira eletrônica.
- 28** A TELEBRAS atuava como *holding* do sistema de telecomunicações brasileiro, desde sua criação, em 1972, até sua inativação, que ocorreu após o processo de privatização das empresas de telefonia, tendo sido reativada, em 2010, pelo Decreto n.º 7.175, que lhe deu novas atribuições e propiciou a alteração de seu regimento interno.
- 29** A TELEBRAS deve prestar serviço de conexão à Internet em banda larga para usuários finais nas localidades onde inexista oferta adequada desse serviço, conforme as definições estabelecidas pelo Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital.
- 30** Caso uma entidade jurídica pretenda contratar o acesso à Internet em banda larga, oferecido por determinada empresa devidamente autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ela deverá contratar, compulsoriamente, o serviço adicional de telefonia fixa da referida empresa.
- 31** Devido à alteração de seu estatuto social, a TELEBRAS deixou de exercer o controle e a gerência dos serviços de telecomunicações e, atualmente, atua no planejamento e na implantação da rede privada de comunicação da administração pública federal, dando apoio e suporte às políticas públicas de conexão à Internet em banda larga.
- 32** Conforme previsto na Lei n.º 9.472/1997, o poder público deve garantir a toda população o acesso às telecomunicações, mediante tarifas e preços razoáveis e em condições adequadas.
- 33** Uma entidade jurídica que pretenda instalar e operar serviço de comunicação de dados em uma mesma edificação deverá, obrigatoriamente, solicitar autorização à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- 34** A regulamentação do setor de telecomunicações tem como objetivo possibilitar a exploração dos serviços de telefonia por empresas multinacionais em regime de monopólio.

A lei que regula o exercício da profissão de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo especifica que os cargos e funções que exijam conhecimentos de engenharia, arquitetura e agronomia somente poderão ser exercidos por profissionais habilitados. Com base nessa informação e no Regimento Interno da TELEBRAS, julgue o item abaixo.

- 35** Considerando as atribuições da diretoria técnico-operacional, descritas no Regimento Interno da TELEBRAS, os cargos de diretor técnico-operacional e de gerente de engenharia devem, obrigatoriamente, ser ocupados por engenheiros devidamente habilitados.

Com relação a licitação, julgue os itens de **36** a **39**.

- 36** As empresas estatais exploradoras de atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços podem dispor de procedimentos próprios para suas licitações, mas não são dispensadas de observar os princípios da licitação.

- 37** O condicionamento editalício referente à experiência prévia dos concorrentes no âmbito do objeto licitado, a pretexto de demonstração de qualificação técnica, transgredir o princípio de igualdade e a ampla competitividade entre os licitantes.
- 38** A lesividade decorrente do ato administrativo que dispensa indevidamente o procedimento licitatório é presumida por lei.
- 39** O prazo para a revisão dos atos praticados pela comissão licitante inicia-se após o encerramento dos trabalhos por ela conduzidos, computando-se o período de tramitação dos recursos administrativos eventualmente interpostos.

A respeito dos contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 40** A conclusão do objeto contratual determina a extinção do contrato pela cessação do vínculo obrigacional entre as partes, dado o integral cumprimento de suas cláusulas.
- 41** Nos contratos públicos, o direito privado atua de forma supletiva, pois não substitui ou derroga as normas privativas da administração pública.
- 42** O contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso e comutativo, mas não é *intuitu personae* ou personalíssimo.
- 43** A publicação do contrato e seus aditivos não constituem condição indispensável à sua eficácia.
- 44** O equilíbrio financeiro do contrato administrativo é a relação, estabelecida inicialmente pelas partes, entre os encargos do contrato e a retribuição da administração para a justa remuneração do objeto do ajuste.
- 45** O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, porém sua inadimplência transfere a responsabilidade relativa a esses encargos para a administração pública.

A respeito das mudanças e debates na área de telecomunicações que ocorreram em 2012, julgue os itens a seguir.

- 46** No mês de dezembro de 2012, foi realizada a Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais (WCIT), com o objetivo de revisar os Regulamentos Internacionais de Telecomunicações (ITRs), que continham regras aprovadas antes do advento de grande parte dos novos dispositivos tecnológicos do setor de telecomunicações.
- 47** De acordo com o boletim informativo do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), a telefonia móvel liderou o número de reclamações realizadas pelos consumidores em 2012.

Em dezembro de 2010, um jovem tunisiano, desempregado, ateou fogo ao próprio corpo, como manifestação contra as condições de vida no país. Ele não sabia, mas o ato desesperado, que terminou com a própria morte, seria o início do que viria a ser chamado mais tarde de primavera árabe.

Estadão. In: Internet: <www.topicos.estadao.com.br> (com adaptações).

Com relação à primavera árabe, julgue os itens que se seguem.

- 48** A primavera árabe foi uma onda de manifestações populares e revolucionárias que ocorreu em países localizados no Oriente Médio e no norte da África. Essas manifestações concentraram-se, principalmente, em países do mundo árabe.
- 49** Nos países árabes, o surgimento de uma liderança central possibilitou a coordenação de manifestos contra as ditaduras políticas.
- 50** Todos os ditadores contra os quais as manifestações populares se dirigiram foram depostos de seus cargos nos países onde aconteceu a primavera árabe.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do conceito de Constituição, da interpretação constitucional, do poder constituinte e da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 51** A CF é do tipo semirrígida, pois prevê determinados tipos de normas que não podem ser alteradas, as chamadas cláusulas pétreas.
- 52** Uma proposta de emenda constitucional que for rejeitada pela Câmara dos Deputados só poderá ser submetida novamente à apreciação dessa Casa na próxima sessão legislativa.
- 53** A noção de Constituição material, na atualidade, abrange as normas que organizam aspectos básicos da estrutura e do exercício do poder, como as que se referem aos direitos fundamentais, que estabelecem fórmulas de compromisso para a orientação social do Estado e para a coordenação de interesses heterogêneos, característicos da sociedade plural.

Julgue os itens seguintes, a respeito dos direitos e garantias fundamentais.

- 54** Qualquer entidade de classe pode impetrar mandado de segurança coletivo em favor de seus associados, independentemente da autorização destes, pois essa situação caracteriza hipótese de substituição processual.
- 55** Um cidadão português que tenha residência permanente no Brasil poderá ser nomeado para o cargo de ministro de Estado da Defesa.
- 56** De acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal (STF), todos os tratados internacionais de direitos humanos possuem *status* supraconstitucional.
- 57** O poder público não pode censurar a manifestação do pensamento, pois ela é livre e envolve o direito absoluto de dizer tudo aquilo que se queira, aí incluído o discurso de ódio.

Acerca da organização dos poderes, da organização do Estado e da advocacia pública, julgue os itens que se seguem.

- 58** A atuação da advocacia pública federal restringe-se aos casos de representação judicial, consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- 59** Lei estadual que disponha sobre telecomunicações será considerada inconstitucional devido ao fato de essa matéria ser de competência privativa da União.
- 60** No âmbito do controle político de constitucionalidade repressivo, decreto presidencial que não observe os limites do poder regulamentar poderá ser sustado pelo Congresso Nacional.

A respeito do direito administrativo e da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 61** As entidades paraestatais que possuem personalidade jurídica de direito privado gozam das mesmas prerrogativas processuais deferidas à fazenda pública, inclusive no que se refere à execução de sentenças onde restarem vencidas, devendo o pagamento respectivo efetivar-se mediante precatório.
- 62** Os critérios unidimensionais ou simples conceituam o direito administrativo levando em consideração um só elemento, a exemplo do que ocorre com o critério legalista.
- 63** O regime jurídico-administrativo pauta-se sobre os princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e o da indisponibilidade do interesse público pela administração, ou seja, erige-se sobre o binômio “prerrogativas da administração — direitos dos administrados”.
- 64** Sob o aspecto material, a administração representa o desempenho perene, sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.
- 65** No âmbito federal, a empresa pública é uma pessoa jurídica de direito privado, com participação do poder público e de particulares no seu capital e na sua administração, para a realização de atividade econômica ou serviço de interesse coletivo outorgado ou delegado pelo Estado.

Acerca das normas de direito administrativo vigentes no país, julgue os seguintes itens.

- 66** Os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere às despesas com pessoal, podem ser legitimamente invocados para justificar o descumprimento de direitos subjetivos do servidor público, a exemplo do que ocorre com as vantagens pessoais, cujo pagamento pode ser obstado.
- 67** O servidor efetivo investido em cargo em comissão que for exonerado deste no curso de licença especial terá direito a continuar usufruindo da licença, porém com os vencimentos do cargo efetivo, e não do cargo em comissão.
- 68** Segundo o entendimento firmado no âmbito do STJ, rescisão de contrato administrativo por ato unilateral da administração pública, sob a justificativa de interesse público, impõe ao contratante a obrigação de indenizar o contratado pelos prejuízos daí decorrentes, considerando-se não apenas os danos emergentes, mas também os lucros cessantes.
- 69** Em sede de improbidade administrativa, tem entendido o STJ, que a indisponibilidade dos bens é medida de cautela que visa a assegurar a indenização aos cofres públicos, sendo necessária, para respaldá-la, a existência de fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao erário (*fumus boni iuris*), sendo reputado implícito o *periculum in mora*.
- 70** As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira nacional feitas pelos estados antes da vigência da CF devem ser interpretadas como legitimação do uso, mas isso não se aplica à transferência do domínio de tais terras, em virtude da manifesta tolerância da União e de expresso reconhecimento da legislação federal.

A respeito do negócio jurídico, das obrigações e dos contratos, julgue os itens a seguir.

- 71** Se determinado negócio jurídico for celebrado, mas a taxa de juros reguladora do referido negócio for muito superior à legal, ainda assim a avença poderá ser mantida mediante a aplicação do princípio da conservação, que possibilita apenas a redução da taxa como forma de sanear a invalidade parcial do negócio.
- 72** Se, em audiência de conciliação, as partes de um processo judicial firmarem acordo devidamente homologado pelo juiz, e uma das partes não cumprir o pactuado, estará caracterizada situação ensejadora da alegação de exceção de contrato não cumprido.
- 73** No caso de condenação de empresa concessionária de serviço público de transporte terrestre de passageiros a pagar danos morais a passageiro em decorrência de acidente com o ônibus da referida empresa, o juiz deverá fixar os juros de mora a partir da citação.

Julgue os itens seguintes, relativos a posse e direitos reais.

- 74** A obrigação do possuidor consiste em restituir a coisa no estado em que a recebeu. O possuidor de boa-fé responderá subjetivamente pela eventual deterioração da coisa.
- 75** Por ser precária e transitória, a servidão se aproxima dos atos de mera tolerância, haja vista que consiste em condescendência do proprietário a condutas praticadas por terceiro em sua propriedade.

Acerca da responsabilidade civil e os direitos do consumidor, julgue os itens que se seguem.

- 76** Caso determinada escola pública, embora devidamente notificada, encontre-se com os pagamentos da conta pelo fornecimento de energia elétrica em atraso de três meses, tal fato permitirá à concessionária de energia elétrica a interrupção do fornecimento como último recurso para recebimento dos débitos pretéritos, sob o amparo da vedação de enriquecimento sem causa, de acordo com entendimento dominante no STJ.
- 77** O direito admite a responsabilidade civil pessoal do administrador de sociedade limitada, perante terceiros prejudicados, se, mesmo dentro de sua esfera de atribuições e deveres, ele agir de forma culposa.

Julgue os seguintes itens, referentes a locação de imóveis, estabelecimento comercial e empresário.

- 78** Empresário, ainda que casado no regime da comunhão parcial de bens, não necessita da outorga uxória para alienar ou gravar com ônus real o patrimônio que integre a empresa.
- 79** Apesar de ser um bem imaterial, a marca faz parte do estabelecimento do empresário, haja vista que possui feição econômica.
- 80** Se um locatário instalar armários embutidos nos quartos do imóvel locado, e tal benfeitoria aumentar o uso e o valor financeiro do bem, o proprietário do imóvel, ainda que não tenha autorizado referida instalação, deverá indenizar o locatário ao final do contrato.

Julgue os itens seguintes, relativos às provas processuais.

- 81** Em uma audiência de conciliação, em ação que se processa pelo rito sumário, não havendo acordo, e havendo controvérsia entre as teses suscitadas pelas partes, o juiz deverá designar audiência de instrução e julgamento para obter todas as provas a serem produzidas pelas partes.
- 82** As despesas processuais decorrentes de diligências e demais atos praticados em um processo devem ser custeadas pela parte que requerer o ato. No entanto, quando o juiz determina de ofício a produção de prova pericial, os honorários do perito serão pagos pelo autor.
- 83** Serão presumidos verdadeiros os fatos alegados pela defesa do réu, se o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer à audiência de instrução para a qual foi intimado para prestar depoimento pessoal.

Acerca de ações judiciais, julgue os itens que se seguem.

- 84** Se, ao despachar uma petição inicial, o juiz constatar a falta de pedido, ele deverá determinar a intimação do autor para emendá-la no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento e consequente extinção do processo sem a resolução de mérito.
- 85** Considere que, ao contestar uma ação, o réu não tenha alegado nem a carência de ação nem a nulidade de citação. Nessa situação hipotética, a carência de ação pode ser declarada pelo juiz de ofício ou a requerimento do réu. No entanto, considera-se precluso o direito do réu de arguir a nulidade da citação.
- 86** Em ações de alimentos e investigação de paternidade, a morte do réu provoca a extinção do processo sem a resolução de mérito, pois estas ações se referem a direitos personalíssimos.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 87** Transitada em julgado uma sentença cível condenatória, procedeu-se à sua liquidação por cálculo, tendo o autor/exequente apresentado memorial descritivo. Nessa situação hipotética, discordando do valor apresentado para execução, o réu/executado poderá oferecer impugnação à execução nos próprios autos, no prazo máximo de quinze dias contados da intimação da penhora e da avaliação.
- 88** João e Maria conviveram em união estável por doze anos e adquiriram inúmeros bens. Acusada de infidelidade, Maria foi afastada do lar comum. Nessa situação hipotética, é legítima a pretensão de Maria de propor ação cautelar de busca e apreensão da metade dos bens adquiridos em comum, a fim de resguardar seus direitos e evitar dilapidação do patrimônio do casal.
- 89** No curso de uma ação executiva, constatou-se que o executado praticou ato atentatório à dignidade da justiça, mediante fraude à execução. Nessa situação hipotética, é legítima a decisão do juiz em aplicar multa ao devedor no percentual de até 20% sobre o valor atualizado da execução, sendo esta revestida em favor do credor.
- 90** Arnaldo ajuizou ação de usucapião em desfavor de diversos demandados, que, embora constituíssem advogados distintos, demonstraram interesses comuns, negando a posse duradoura do autor. Julgado procedente o pedido, apenas um dos demandados recorreu. Nessa situação hipotética, o recurso interposto aproveita a todos os demandados.

Considerando que determinados contratos de trabalho possibilitam o labor em residência, julgue os itens subsequentes.

- 91** Segundo a legislação consolidada, há diferença entre o trabalho realizado na residência do obreiro ou na sede da empresa contratante para a configuração da relação de emprego.
- 92** Patente a subordinação, onerosidade, pessoalidade e a não eventualidade, compreende-se existente a relação de trabalho.
- 93** Tendo o obreiro desenvolvido atividades laborais em sua residência, não estaria obstada a configuração da relação de emprego.
- 94** Envolvendo trabalho em residência, seria o dito contrato exclusivamente doméstico.

Considere a situação hipotética na qual um obreiro com vínculo laboral de dez meses percebeu o piso remuneratório legal. Referido obreiro tinha jornada semanal de vinte e uma horas, com intervalo legal para tal jornada, e folga aos finais de semana. Acerca do exposto e de acordo com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue os itens subsequentes.

- 95** Caso uma determinada obreira tenha sofrido aborto não criminoso, terá direito a repouso remunerado de duas semanas.
- 96** Independentemente da quantidade de horas laboradas na semana, o obreiro terá direito a trinta dias de férias após doze meses de labor.
- 97** O empregador não poderá alterar sua remuneração para o piso da categoria, no caso de fixação deste, pois isso representaria alteração unilateral do contrato de trabalho.
- 98** Considera-se interrupção do contrato de trabalho o fato de o trabalhador se ausentar do trabalho por três dias consecutivos em razão de casamento.
- 99** Sendo urbano o trabalhador, e seu trabalho compreendido entre as 22 h e 05 h, seu contrato de trabalho será considerado noturno e a hora trabalhada será computada com cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- 100** Caso o contrato de trabalho durasse treze meses, o trabalhador faria jus ao aviso prévio de trinta e três dias.

Considerando uma demanda ajuizada na justiça do trabalho que tenha valor declarado, na inicial, de R\$ 27.210,00, julgue os itens a seguir.

- 101** Para apresentação de defesa, a reclamada deverá observar o prazo mínimo de cinco dias entre a notificação e a data da respectiva audiência.
- 102** A execução do julgado que reconhecer algum direito será promovida de ofício.
- 103** Terminada a instrução do feito, a proposta de conciliação deverá ser renovada e, caso malograda, serão concedidos dez minutos a cada parte para alegações finais.
- 104** Caso seja indeferida a produção de prova oral, o momento processual correto para que se registre o inconformismo será durante as alegações finais.
- 105** Se a sentença estiver designada para determinado dia, com ciência das partes, sendo proclamada nesse mesmo dia e, independentemente, for publicada dois dias após a data aprazada, então será necessário contar o prazo recursal a partir da publicação.

Uma empresa entendeu ser devedora de determinado crédito a um ex-empregado. Para honrar seu compromisso, promoveu demanda à altura. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 106** Se a demanda for processada pelo rito sumário, o apelo revisional cabível será o recurso de revista.
- 107** O feito deverá ser previamente submetido à comissão de conciliação prévia, sob pena de arquivamento da reclamação.
- 108** Se o reclamante não estiver assistido por seu sindicato de classe, mas a demanda tiver sido promovida pelo empregador que sucumbiu, haverá condenação em honorários advocatícios.
- 109** Se for interposto recurso ordinário contra a decisão e o julgado não restar claro, será viável interpor embargos previsto no art. 894 da CLT, no prazo de cinco dias.
- 110** Caso seja aviado recurso, o efeito será devolutivo e propiciará execução até a penhora do bem ofertado pelo devedor.

Com base nas disposições da Lei n.º 11.101/2005, julgue os itens a seguir.

- 111** Para requerer pedido de autofalência, o devedor deverá apresentar, indispensavelmente, a relação nominal dos credores, com a discriminação do valor e natureza jurídica dos créditos, bem como a classificação de cada um deles.
- 112** As companhias de seguro estão excluídas do processo falimentar, inclusive na circunstância em que a liquidação extrajudicial seja frustrada.
- 113** A homologação do plano de recuperação extrajudicial, o deferimento da recuperação judicial ou a decretação de falência compete ao juízo do local da sede do empresário, da sociedade empresária ou da filial de empresa, no caso de a sede localizar-se fora do Brasil.
- 114** A homologação do plano de recuperação extrajudicial pode ser, em algumas circunstâncias, de caráter obrigatório, desde que seja assinada por credores que representem mais de quatro quintos de todos os créditos de cada espécie abrangidos pelo plano.
- 115** O exercício do direito de retenção concernente aos bens sujeitos à arrecadação não é suspenso com a decretação da falência.

A respeito de sociedades anônimas (S.A.) e títulos de créditos, julgue os itens subsequentes.

- 116** As ações representativas do capital social das S.A. são classificadas como ordinárias, preferenciais ou de fruição. Essa classificação deriva da natureza dos direitos ou vantagens conferidas a seus titulares. Assim, a quantidade de ações preferenciais sem direito a voto, ou subordinadas a restrições no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% das ações validamente emitidas.
- 117** A morte de um dos sócios não constitui causa para a dissolução de uma sociedade empresarial.
- 118** Tendo em consideração a jurisprudência do STJ a respeito das cédulas de crédito rural é correto afirmar que ditos títulos admitem o pacto de capitalização de juros.
- 119** No âmbito das S.A., os órgãos societários incluem, obrigatoriamente, a assembleia geral, o conselho de administração, a diretoria e o conselho fiscal.
- 120** O conhecimento de depósito e o *warrant*, que são espécies de títulos de créditos, são emitidos pelo armazém geral e nascem unidos. O primeiro permite garantir o direito de propriedade sobre mercadorias; o segundo representa o penhor sobre as mercadorias depositadas, além de constituir uma promessa de pagamento.

